



“A crise é, de facto, uma mudança de civilização”



«É preciso animar o tecido social»

Não tem o discurso estereotipado dos políticos. Procura o outro lado da realidade, para melhor a conhecer: nas suas raízes, relações, interdependências, descendo até ao fundo do nosso inconsciente colectivo.

É assim Maria de Lurdes Pintasilgo. Num quinto andar cheio de sol do Campo de Santana, durante quase duas horas, foi uma vez mais igual a si mesma. Com a palavra a escorrer sem hesitações. E o sorriso a emoldurar-lhe a certeza da convicção. «A crise é, de facto, uma mudança de civilização.» Por isso mesmo defende outro diagnóstico, diferente do que tem sido feito até aqui. Para que outra seja a terapêutica. Revitalizar o tecido social é a sua aposta. Com esta certeza: «Nenhuma actividade é apolítica, neutra ou asséptica.» Neste sentido irá trabalhar o recém-criado Movimento para o Aprofundamento da Democracia. Que não tem ainda sigla, como se apressou, logo ao abrir da entrevista, a esclarecer. O nome para o movimento não foi preocupação fundamental. Transformar-se em partido também o não é. «Este movimento não foi uma guerra a ninguém. Pelo contrário, foi uma declaração de guerra à guerra.»

«DL» — Movimento para o Aprofundamento da Democracia. Naturalmente que há várias maneiras de aprofundar a democracia. Sinteticamente quais vão ser as linhas de força do Movimento?

MLP — Situa-se no quadro do documento dos 199. Em primeiro lugar, tentar fortalecer expressões da organização democrática dos cidadãos a vários níveis, nos vários círculos em que as pessoas se movimentam, do trabalho, de vizinhança, de interesses culturais, temáticos e que ao organizarem-se dessa forma, os cidadãos possam ter uma influência na orientação das coisas políticas. Ao mesmo tempo, e por causa disto mesmo, há um objectivo de fortalecimento da democracia representativa. São duas vertentes que estão em causa. Estamos convencidos que a democracia pode ser mais forte, se o electorado estiver organizado ao nível das grandes questões que interessam à sociedade portuguesa. Este é um primeiro objectivo que pode vir a ter várias traduções, nomeadamente do passado ao nível autárquico e de intervenção ao nível do poder central.

«DL» — No fundo, o que se pretende é ultrapassar aquilo que se poderá considerar o «cerco cupulista» da democracia representativa, de um certo centralismo que dada vez mais se tem evidenciado, não para estoriar a democracia representativa, mas para dar o conteúdo que ela deve ter. É isso?

MLP — Pois os adjectivos são seus, no aspecto «cupulista» etc., mas basicamente é isso. O que eu tenho vindo a defender é uma revitalização da sociedade, do tecido social para dar mais força à democracia representativa. Enquanto o País está todo ele preso de negociações, negociações, que não se põem em causa, desde o dia 20 de Dezembro, dia em que o Primeiro-Ministro pediu a demissão até hoje, necessariamente que temos de perguntar: e então as grandes questões?

«DL» — Quais são?

MLP — Digo-lhe só duas ou três que estão lançadas para a discussão pública. Por exemplo, em termos de regionalização como vai ser? A partir de que realidade? E o plano energético, como vai ser? Por outro lado, como é que vai ser a integração de Portugal na CEE, é uma questão que ainda não foi aberta à opi-

nião pública, mas é, sem dúvida, uma questão fundamental.

«DL» — Mas todas essas questões passam pelo poder constituído, Governo, Assembleia, etc.

MLP — Exacto. Mas na medida em que são preocupação exclusiva dos poderes constituídos, em momentos de impasse ficam, pelo menos, em moratória. E hoje em dia, questões políticas essenciais que ficam em moratória, são questões que se tornam cada vez mais complexas.

Quando dizemos introduzir valores ético-culturais na política não estamos a querer individualmente impor 'm qualquer triunfalismo moral. O que queremos dizer é que na sociedade de hoje há exigências da cultura, no sentido muito amplo do termo. Não se trata de um trabalho «basista», nem de um trabalho «intelectual-especulativo». Trata-se de uma reflexão-acção relativamente a estas grandes questões.

Não há inocência política

«DL» — Com que objectivo? Para pressionar os poderes constituídos? Isto é: acionar a discussão nacional desses grandes problemas para que sejam tomadas pelas poderes constituídos as melhores opções?

MLP — Certo. Esse é, por assim dizer, o termo de um processo, mas se a sociedade, toda ela, está sensível a um determinado problema, seja o nuclear, seja o energético, seja qual for. Já a reflexão e acção estão ligados a outros níveis que não são só os do topo. Os centros de investigação, as universidades, são, também, centros de poder onde se elabora pensamento e onde há uma acção que se inicia... Nenhuma actividade é apolítica, neutra ou asséptica. E tentar fazer crer num estado de inocência política é já em si um acto marcadamente político. Isto é um ponto essencial.

«DL» — Pretende o Movimento ser um interventor daquilo que se poderá chamar um contrapoder? Será isso? Ruptura com o estabelecido?

MLP — Bom, será um contrapoder no sentido que está agora um pouco generalizado na terminologia muito recente das Ciências Sociais, não necessariamente no sentido de introduzir

a ruptura, mas num sentido de chamar a atenção para outras formas, não só verbalmente, mas através da acção.

«DL» — Digamos que fiscalizando a actividade política e animando culturalmente o País...

MLP — Evidentemente que uma actividade de reflexão tem sempre um vector crítico. Agora, o nosso primeiro postulado não é um postulado crítico. Nós não somos um Movimento para estarmos sempre como a sentinela a ver o que é que os poderes constituídos andam a fazer.

A reflexão crítica poderá existir, mas só a formularemos no termo de um processo construtivo, em que a nossa solução é fundamentada, aplicada e concretizada.

«DL» — Mas qual o veículo institucional dessa prática? Qual vai ser a amplitude? Não ficará num meio restrito?

MLP — Penso que não, não terá um efeito restrito. Não tem que ter. É evidente que considero que, neste momento, é ainda uma iniciativa modesta e quero dar-lhe essa dimensão. Não vou dizer-lhe que temos na mão as soluções para os complexos problemas portugueses, não se trata disso. Julgo que poderá ter um impacto importante se fizermos, nem que seja numa ou duas grandes áreas que consideramos mais dinamizadoras de transformação, se fizermos aí um trabalho que vá até ao fim, que não seja uma mera colagem de opiniões.

«DL» — Acontece que no País já existem vários centros de estudos disto e daquilo, gabinetes, associações de reflexão...

MLP — ...este não é.

«DL» — ...inclusive e algumas pessoas dos centros de estudos existentes fazem parte do Movimento...

MLP — Exacto.

«DL» — ...ora o Movimento para o Aprofundamento da Democracia vai ser a fusão de todos estes centros, um ponto de convergência?

MLP — Tem toda a razão... Nós nos documentos que aprovámos dissemos que o movimento articula-se, de uma forma cobradora, com três tipos de membros: os individuais; aqueles que pertencem a um grupo e que já estabelecem ligação com esses centros, que poderão não ser só de estudos, mas cooperativas também; e até grupos na sua to-

talidade, articulando-se com o movimento.

Para o estudo que queremos realizar vai ser necessário fazer convergir o trabalho que membros ligados a grupos já estão a desenvolver.

O simbólico na economia

«DL» — Com um objectivo mais caracteristicamente político.

MLP — Exacto. Este movimento pode ser uma caixa de ressonância para vários do grupo existente. Alguns (caso do Teatro) têm estado a tentar redescobrir a nossa identidade cultural, a fazer como que o percurso do que é a vida portuguesa, do que é a História, do que é a verdade dos nossos mitos, até onde é que estão enraizados ou não.

«DL» — Em busca do nosso simbólico.

MLP — Isso. Este trabalho tem uma profunda articulação com (e agora com certeza vão achar que isto já é ir longe de mais, mas não é) os próprios problemas económicos do nosso País. E vou-lhes dizer porquê: se fosse verdade que o nosso País está na situação que dizem os órgãos internacionais, o Banco Mundial, o «Financial Times», etc., nós tínhamos aí nas ruas, as pessoas

conscientes que percorrem um povo...

«DL» — ...A dimensão multipolar referida, por exemplo, por Edgar Morin?

MLP — É, absolutamente.

«DL» — E o Movimento vai ocupar-se disso?

MLP — Bom, a prazo terá que se ocupar disso. E o nosso interesse é que quem está a pensar nisso noutros países está a fazer uma coisa com um certo rigor em relação à intervenção. O nosso postular é diferente.

A crise é uma mudança de civilização

«DL» — Esse objectivo parece-me bastante ambicioso e para o longo prazo. E agora, para o imediato, qual é do seu ponto de vista, a saída para a crise?

MLP — Isso agora já é outra coisa. Posso dizer-lhe a minha opinião pessoal e isto já distingue dois tempos. A minha opinião pessoal é que, como saída para a crise, primeiro, é necessário encontrar as raízes actuais e culturais dessa crise. Enquanto a atribuímos apenas à conjuntura, e ao sistema monetário mundial, de que sofremos as consequências, nós estamos ainda longe de entender o verdadeiro significado da crise. A crise, é de facto, uma mudança de civilização.

Outro diagnóstico

«DL» — Retomando a questão: no fundo, o que propõe é um diagnóstico diferente da crise.

MLP — Absolutamente. E esse diagnóstico hoje não é difícil. É tempo e mais que tempo que os políticos tenham cultura do século XXI e não do século XIX.

«DL» — E quais são as linhas fulcrais do seu diagnóstico?

MLP — Isso agora é um livro inteiro.

«DL» — Sinteticamente. Duas ou três pontas essenciais do diagnóstico da crise no nosso país.

MLP — A primeira é a interligação de todas as coisas, da economia, da cultura, da política...

«DL» — Uma perspectiva multidisciplinar.

MLP — Absolutamente, e intersectorial, em que tudo tem que ver com tudo. Evidentemente que para se realizar uma administração não se pode lidar com tudo, mas o que define a visão política é a capacidade de ver a integração de tudo. Parece-me que há elementos, primeiro para o diagnóstico, depois para o inventário dos recursos e, em terceiro lugar, para a dinamização da iniciativa que é necessária.

«DL» — E quem é que vai fazer esse trabalho?

MLP — Quem é?!? Somos nós todos.

Fundação Cuidar o Futuro



«Este Movimento não nasce primariamente com um sentido beligerante»

«DL» — E não tem saída?

MLP — Tem. E, sem perder o adquirido na civilização que está terminando, dar o salto, qualitativo para a nova civilização; isto parece muito abstracto, mas não é. É um problema mundial. E o que é interessante é que eu talo em qualquer parte do mundo venho do Canadá e dos Estados Unidos, onde falei destas questões em círculos universitários e políticos, e, quando eu acabo de dizer a situação de Portugal, as pessoas dizem-me: mas é o mesmo que cá. E a gente fica estupefacto como é que em países riquíssimos as pessoas dizem exactamente a mesma coisa?!

«DL» — Mas existem já gabinetes criados, departamentos, a função pública, e as coisas não funcionam, ou se funcionam, andam mal.

MLP — Pois. Bom, mas até que ponto... Deixe-me dizer-lhe uma coisa: eu estou muito preocupada com o aspecto económico e a criação de novas unidades produtivas que correspondam aos interesses locais e regionais, é um aspecto fundamental para ajudar a resolver a nossa auto-suficiência alimentar que está cada vez mais comprometida e para que cada região possa configurar-se de acordo com a sua tradição.

Esquema de OGE como no tempo de Salazar

«DL» — Mas isso implica de certa maneira uma mudança completa em tudo o que tem sido feito até aqui.

MLP — Implica. Na exposição que fiz no fim-de-semana eu disse que considerava importante que as estruturas do Plano e do próprio Orçamento Geral do Estado sejam modificadas. Como? Em vez de ser o Plano a ser feito no topo, o que importa é que o Plano nasça a partir das comunidades de interesses económicos, culturais, regionais e locais, e se vá fazendo um todo que os técnicos interpretem tecnicamente. O mesmo para o OGE. Nós estamos a funcionar com um esquema de OGE que é exactamente o que usava o dr. Salazar, quando o mundo mudou radicalmente.

O que importa é um OGE que traduza um plano a médio prazo que é aquilo que a nossa Constituição consagra e que não temos.

«DL» — No fundo, o que propõe é virar as coisas um pouco do avesso, relativamente à prática que tem vindo a ser seguida.

MLP — De facto é. Quanto aos últimos anos é. Devo dizer que em termos de plano até tínhamos plano de fomento antes do 25 de Abril, feito sem participa-

ram que fazer face a momentos extremamente difíceis. Mas se um país tem de recorrer a empréstimos estes terão de ser tão diversificados quanto possível.

«DL» — Para evitar a dependência!

MLP — Evidentemente. A grande habilidade política dos dirigentes está em não converter a interdependência em dependência.

«DL» — O que não tem acontecido!

MLP — Não tem acontecido.

«DL» — E nos tempos mais próximos acha que vai acontecer?

MLP — O que eu lhe posso exprimir é um voto: que passemos da dependência à interdependência e que não aceitemos empréstimos em condições que nos levem a ser financeiramente aquilo que o actual director do FMI que acaba de ser reconduzido me dizia, uma vez em Washington, «países financeiramente inexistentes».

«DL» — O documento dos 199 surgiu em plena pré-campanha. A criação do Movimento surge antes de constituído o novo governo. Na sua perspectiva nada mudou no último 25 de Abril?

MLP — Não vejo, por que ao estabelecer essas relações me faz essa pergunta...

«DL» — Antes havia uma situação de instalação do AD...

MLP — O documento era tão actual na pré-campanha como é hoje, porque o espírito que o anima é justamente encontrar tecido social, os pontos em que os nossos esforços individuais e de grupo se podem concertar para constituirmos pólos dinamizadores da própria vida social, que tem depois a sua tradução a nível do Estado.

Guerra à guerra

«DL» — Independentemente da conjuntura eleitoral?

MLP — Completamente. Este movimento não nasce primariamente com um aspecto beligerante. Não foi uma declaração de guerra a ninguém. Foi, pelo contrário, uma declaração de...

«DL» — Entretanto, entre a apresentação do «documento dos 199» e a criação do Movimento houve desistências ou não?

MLP — Não.

«DL» — Medeiros Ferreira?

MLP — Ah, mas não desistiu. Não, não. Ele está neste momento muito ocupado, mas não...

«DL» — Mas não houve outras desistências?

MLP — O que houve foi algumas pessoas que ao assinarem o documento disseram logo «isto para mim é uma acção pontual». São umas cinco ou seis dos 199.

«DL» — E o Movimento é ou não o gémio do «partido existista»? A sua «ala esquerda»?

MLP — Eu já estava a achar que eram diferentes... Contrariamente ao que alguns jornais publicaram — que estamos numa fase pré-partidária — nós não pretendemos formar qualquer partido. Se assim fosse estáva-

mas a negar a nossa própria dinâmica que é a de fazer funcionar o tecido social.

«DL» — Nos documentos aprovados dizia-se que os deputados devem ser mais ligados do povo. O objectivo do Movimento não será também actuar ao nível parlamentar?

MLP — Penso que a nossa democracia representativa ande é muito recente para podermos considerá-la completamente fora do quadro da intervenção partidária. É possível que a médio prazo... qual de nós poderia pensar que o partido dominante do Governo nos últimos três anos viesse a ser o parceiro privilegiado do partido mais viciado?!? Ou este movimento possa ser um contributo para outra prática de formação político-partidária gostaria que fosse. Mas para isso não é indispensável a criação de um partido.

«DL» — Foi dito no comunicado do final que o Movimento vai actuar por «estímulos sociais. Qual vai ser o próximo «estímulo social»?

MLP — Terá que ver com o próprio crescimento do movimento. O estímulo social mais directo, tem que ver com a própria expansão do Movimento.

Catálogo sem clivagem

«DL» — No Movimento andam-se criando progressistas, ex-socialistas, militantes da extrema esquerda, desvinculados de outros partidos clássicos, admiradores de Eanes... Terão medo não de certamente serem minoritários, nem será isso que se pretende. Mas cride estão os factores de identidade, que constituam um projecto duradouro?

MLP — Eu tenho muita dificuldade em ver as pessoas catalogadas logo assim. Dessa maneira, com base nos espantosos abstractos em que tentamos colocar as pessoas. Quando encontro alguém no movimento interessa-me sim o percurso pessoal dessa pessoa. Verifiquei isso no encontro do fim-de-semana que foi, a esse nível muito vergência enorme, o que acho interessantíssimo do ponto de vista da vitalidade social.

«DL» — Portanto, aqueles pressupostos de clivagem não têm sentido, não são estranguladores?

MLP — De modo algum. Nunca os senti como tal. Evidentemente que agora na prática do Movimento, haverá as pessoas que estão mais sensibilizadas para um trabalho muito directo, com a tal interligação ou articulação de grupos, de iniciativas. Há outras que estão mais motivadas para agarrar um problema e levá-lo até ao fim, com outros, na tal intervenção interdisciplinar, intersectorial. Mas isso não corresponde, de modo nenhum a clivagens de procedência das pessoas.